

UM MILHAR DE AUTARCAS EM VILAMOURA XI Congresso defendeu Mais Local, Melhor Poder

1. **NOVOS TITULARES DOS ÓRGÃOS DA ANMP**
Mário de Almeida reeleito Presidente
2. **MÁRIO DE ALMEIDA**
Quem tinha poder a mais mantém-no quem estava disponível continua à espera
3. **FERNANDO GOMES**
As reformas que importa concretizar exigem de nós o mais amplo consenso
4. **SUSTENTOU O PRIMEIRO-MINISTRO**
Desejável uma relação de parceria entre os Poderes Local e Central
5. **OS VOTOS DE JOAQUIM VAIRINHOS**
Benvindos à terra de Loulé
6. **RAMOS HORTA ESTEVE PESENTE**
Aclamada moção de apoio à luta do Povo de Timor
7. **ILHA DO SAL**
ANMP apoia mesa redonda dos parceiros do desenvolvimento
8. **Definidas linhas gerais de actuação**
para enfrentar os desafios do futuro
9. **PARA O REELEITO PRESIDENTE**
Não dar tréguas, a nada nem ninguém em defesa dos valores do Poder Local
10. **PARA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**
Entidades locais continuam a debater-se com insuficiência de meios financeiros
11. **PARA SANTANA LOPES**
A união saiu fortalecida

MÁRIO DE ALMEIDA

Quem tinha poder a mais mantém-no quem estava disponível continua à espera

Queremos e sabemos fazer ainda mais e melhor pelo País que servimos, mas falta-nos poder fazê-lo , reiterou o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Mário de Almeida, durante a Sessão Solene de Abertura do XI Congresso da ANMP.

Orgulhosos do muito que, com tão poucos meios, logramos alcançar, apresentamo-nos, disse, seguros e motivados, a desafiar o futuro. E estamos aqui, neste Congresso uma vez mais impressionante face à enorme adesão encontrada , para definir as linhas políticas que nos hão-de permitir concretizar o amanhã.

Começando por agradecer a presença do Primeiro-Ministro que muito nos satisfaz, sensibiliza, orgulha e motiva , Mário de Almeida dirigiu uma palavra amiga de reconhecimento e sentido respeito àqueles que por opções diversas deixaram a vida autárquica, enquanto saudava os que, em renovação sempre revitalizadora, nos passam a acompanhar neste afã de melhoria das condições de vida de quem, nossos vizinhos, nos elege. O seu entusiasmo, disponibilidade e querer, caldeados com a maturidade e a experiência dos mais antigos, são garantia de futuro deste presente que já tanto nos compensa, relevaria.

Em tempo de balanço, o Presidente da ANMP recordaria, internamente, o regresso, concretizado no Congresso dos Açores, dos autarcas social-democratas ao Conselho Directivo, para, do ponto de vista externo, referenciar a consolidação e o prestígio do Poder Local Democrático pela voz da sua estrutura representativa, não só no conjunto das instituições políticas internacionais e nacionais, mas também, e talvez sobretudo, no sentir colectivo do povo português.

Depois de afirmar que a ANMP é respeitada na sua coerência, exemplo de vivências que se fundam não no unanimismo mas sim na concertação, Mário de Almeida verberaria o facto da Administração Municipal continuar cívica de enormes sobrecargas burocráticas, peias que, onerando custos e ampliando pesos estruturais, impedem a modernização urgente e contribuem para perigos de menor eficácia e transparência que urge, definitivamente, ultrapassar.

Em tempo do imediato e do global, e em favor de uma melhor governação local, mais dinâmica e mais exigente, a desburocratização é urgentíssima, a modernização processual é tarefa inadiável, e a agilização administrativa é aposta indispensável. E há que criar condições para a desfuncionalização dos autarcas por for ma a se dedicarem unicamente às tarefas de gestão, dizia.

Lançando ao Governo o desafio para que se comprometa num projecto de mensalmente publicar uma medida desburocratizadora, iniciando-o com a urgentíssima aprovação de um novo Código de Expropriações, o Presidente da ANMP defendeu a produção de legislação que permita adoptar algumas atitudes empresariais, com recurso a modernos instrumentos de gestão, enquanto enfatizava as deficitárias condições de trabalho que se concedem aos autarcas, designadamente ao Presidente de Câmara, que importa se possa rodear de pessoas tecnicamente preparadas e adequadas, da sua plena confiança, na constituição de equipas de apoio que hão-de otimizar a prestação pública para que foi eleito.

Ao denunciar que o estatuto remuneratório vigente não deve ser indutor de insuficiências que possam ditar o afastamento de muitos, Mário de Almeida relevaria que as parquíssimas compensações atribuídas, o quase nada que se dá em troca de tantas e tão esforçadas entregas à causa do bem comum, poderá ser limitador, inibidor de renovadas esperanças.

Por outro lado, imperativos são também uma nova Lei de Finanças Locais e um moderno ordenamento jurídico que aclare a problemática das atribuições e competências. A Assembleia da República não logrou alcançar, na passada legislatura, lamentavelmente, os amplos consensos que o interesse nacional exigia, e os Municípios estão cansados de tanto esperar.

Se sempre defendemos o princípio geral de que a maiores disponibilidades devem corresponder mais competências, dizia Mário de Almeida, entendemos ser exigível, em paralelo, uma reposição da justiça com a concretização de uma nova Lei de Finanças Locais que restitua a capacidade financeira dos Municípios, em substância assegure a dignidade desse nível de Poder Democrático e lhes garanta as condições que permitam a concretização das suas expectativas e as dos seus concidadãos.

O Presidente da ANMP lembrou depois as palavras obviamente confortantes resultantes de vontades políticas que reafirmavam consideração pela acção dos eleitos locais □ e a que se seguiu o vazio □, para, a propósito, renovar que mantemos a esperança de uma efectiva mudança de atitude da parte dos principais responsáveis institucionais.

Porque Portugal continua o País mais centralista da Europa, Mário de Almeida defendeu a Regionalização como instrumento fundamental de desenvolvimento harmonioso, potenciador de energias e capacidades endógenas de parcelas de um todo afirmadamente uno; porque em matéria de transferência de atribuições e competências para as Autarquias, pouco ou nada se avançou o Presidente da ANMP denunciava que, ao contrário das intenções anunciadas, quem tinha poder a mais, mantém-no, quem estava disponível para aceitar novas responsabilidades, continua à espera.

Reafirmando que a Administração Central, num Estado de Direito, não pode deixar de cumprir as determinações a que estão obrigados os cidadãos, edificando como bem deseja, onde e quando o quer, e que o pedido de licenciamento não poderá nunca ser entendido como menorização, relevaria ainda que a isenção do pagamento de taxas por ocupação do domínio público, que desonera concessionários de serviços, não pode perpetuar-se.

Por outro lado, ao considerar legítima a criação de Municípios e Freguesias, enfatizaria que, contudo, tanto não significará, jamais, que aceitemos a sua eventual criação ou extinção como consequência directa de qualquer vontade casuística resultante de acções de rua ou de qualquer outra influência. De onde sobressai como indispensável a elaboração de um profundo estudo técnico-administrativo, fundamentado e imparcial, que conduza a decisões sustentadas. Até porque as dificuldades das pessoas, as mais das vezes, não se resolvem com a criação de novos Municípios, mas através de melhores e mais rápidas respostas dos serviços.

Mário de Almeida destacaria, de seguida, a cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, porque dela dependem algum do nosso futuro e parte do nosso destino colectivo, para sublinhar que a proximidade, o bem mais valioso do Poder Local, permitirá o alcançar da quase perfeição no exercício de tais tarefas. Que poderão ser enormes se apoiadas com vontade política e com os meios que venham a ser libertados por um mecenato.

Reafirmando que as autarquias são instrumento indispensável para se alcançar o progresso coerente, para se inverter a tendência de bipolarização que continua a sentir-se no Portugal de hoje, Mário de Almeida frisaria que a valorização dos recursos é garante da igualização de oportunidades, de equidade, de viabilização de desenvolvimento sustentado e harmonioso no todo nacional.

As potencialidades do Poder Local estão ainda subaproveitadas □ profundamente enraizados na cultura democrática, homogeneamente distribuídos pelos espaços territoriais, comumente integrados e respeitados pelas populações, os autarcas são, em Portugal, esteios efectivos da organização pública em que a Nação se sustenta □ pelo que, afirmava o Presidente da ANMP, não nos podemos mais contentar com realidades insofismáveis mas insuficientes, queremos ir na dianteira do progresso que se quer permanente e generalizado.

Descentralizando competências, reformulando estruturalmente o País, modernizando e desburocratizando a Administração através da agilização da gestão e da racionalização de meios, vamos vencer □ concluía □ os novos desafios da transição do milénio. Com □ Mais Local, Melhor Poder □.



FERNANDO GOMES

As reformas que importa concretizar exigem de nós o mais amplo consenso

Ao saudar todos os participantes, o Presidente Mesa do Congresso, Fernando Gomes, expressaria, na Sessão de Abertura dos trabalhos da XI Magna Reunião da ANMP, o quanto se sentia honrado pelo exercício de uma presidência que, afirmou, assumi em condições excepcionais, felizmente ultrapassadas.

Lembrando que o afastamento temporário, por vontade própria do PSD, dos órgãos directivos desta Associação, ditou a assumpção de um cargo que, no quadro eleitoral de então e de hoje, por regra lhe cabe, Fernando Gomes congratular-se-ia com o pleno regresso à normalidade da Associação, após a recomposição do Conselho Directivo que o Congresso dos Açores permitiu.

Ao afirmar que sai definitivamente reforçado o papel de porta voz do Poder Autárquico e dos cidadãos que a ANMP tem sabido assumir, relevaria, a propósito, que as profundas reformas que importa concretizar exigem de nós o encontro de plataformas para o mais amplo consenso, que o quadro actual desta Associação e do Governo permitem antever.

Na verdade, prosseguia, vivemos neste momento em Portugal uma situação propícia ao avanço inequívoco das transformações que há tanto reclamamos e de que o país precisa: por um lado, o Governo afirma a sua vontade de descentralizar e reconhece essa necessidade, por outro, persiste uma estrutura hiper-centralizada que concentra na Administração Central a quase totalidade da despesa pública.

Depois de frisar que a estrutura anacrónica que ainda mantemos nos permite pensar que as reformas por que nos batemos se podem fazer com ganhos qualitativos para todos, e dirigindo-se ao Primeiro Ministro, Fernando Gomes enfatizaria o empenho que se reconhece a António Guterres para levar por diante as reformas que reclamamos no domínio da descentralização, o reforço dos meios e competências do Poder Local e a criação das Regiões Administrativas.

Se vivemos a rara circunstância de um Chefe de Governo considerar que tem poderes a mais e de afirmar a vontade política de alterar o quadro vigente, dizia, estou, por isso, convicto que os tempos que se aproximam marcarão uma viragem histórica na evolução do poder democrático pela via da concertação e da parceria, tendo em vista o desenvolvimento do País e o aumento do bem estar dos cidadãos.

Dizendo que queremos ser agentes de um processo de transformação que não se resume à transferência de poderes entre instituições e órgãos, de forma a que, muito simplesmente, uns fiquem com menos poderes e outros com mais poderes, numa operação aritmética de resultado zero, Fernando Gomes acrescentaria que, pelo contrário, ao aproximar o poder dos cidadãos segundo o princípio da subsidiariedade, se está a garantir a eficácia da aplicação dos dinheiros públicos, a rentabilizar meios escassos por natureza e a assegurar um resultado francamente positivo a essa operação, medido pelos índices de bem estar e qualidade de vida dos portugueses.

Se é fundamental reconhecer que uma das vias mais seguras de melhorar sustentadamente a qualidade de vida dos cidadãos, é criar condições de intervenção e investimento aos órgãos democráticos responsáveis pelos espaços de maior proximidade □ ou seja, descentralizar no plano político e no plano da despesa pública □, afirmava o Presidente da Mesa do Congresso da ANMP, sabemos que a vontade política, que existe, para proceder às grandes reformas é o factor essencial, mas não único, já que o aparelho de Estado, fechado sobre si próprio por anos e anos de centralismo, reage negativamente a estas transformações num sentimento de auto-defesa pela imaginável perda de influência.

Contudo, e porque conhecemos a determinação que o Primeiro-Ministro coloca na resolução dos problemas do País para o levar pelos caminhos da modernidade e do desenvolvimento, contamos com isso para vencer os escolhos que têm sucessivamente dificultado todo este processo, concluía Fernando Gomes, que relevava, também, sermos parceiros indispensáveis para concretizar este projecto e queremos assumir a nossa quota-parte de responsabilidade no seu sucesso, dando como garantia 22 anos de Poder Local Democrático. E, disse ainda, mais do que parceiros, pretendemos ser cúmplices num projecto que tarda em se realizar e que coloca o nosso País, por contraposição ao Euro, no último e exíguo pelotão da União Europeia.



SUSTENTOU O PRIMEIRO-MINISTRO

Desejável uma relação de parceria entre os Poderes Local e Central

As minhas primeiras palavras são para felicitar os autarcas para lhes testemunhar a solidariedade institucional do Governo naquilo que entendemos ser uma tarefa comum, independentemente das forças políticas pelas quais cada um de nós foi eleito, solidariedade que é indispensável para que Poder Local e Poder Central □ enquanto aguardamos a existência de um Poder Regional □ possam trabalhar em conjunto para o bem de Portugal, afirmou o Primeiro-Ministro na Sessão de Abertura do XI Congresso da ANMP.

Sublinhando ser seu entendimento estar-se perante uma sessão não protocolar mas de trabalho, António Guterres diria que a descentralização não serve para aumentar a despesa pública, antes serve para gastar melhor o dinheiro que os contribuintes põem à nossa disposição, fazendo-o com mais eficácia e com maior proximidade, portanto com maior capacidade de resolver as questões reais que se põem aos portugueses.

Ao abordar, depois, a problemática do financiamento autárquico, diria que está em adiantado estado de preparação, uma nova Proposta de Lei de Finanças Locais que queríamos entregar, para consulta aos órgãos competentes da ANMP, na semana imediatamente a seguir à Páscoa, para que, na sequência do diálogo com a Associação, pudesse ser formalizada a sua entrega na Assembleia da República e pudesse ser retomado com serenidade e com bom senso o caminho para romper o impasse e para se proceder a uma transformação profunda do regime de competências que, neste momento, concentra no Poder Central um número extremamente significativo de actos que seriam muito mais bem executados se o fossem pelo Poder Local, e que ao mesmo tempo aumente de uma forma razoável, mas sem perturbar o equilíbrio das Finanças Públicas, a margem de manobra dos Municípios.

É assim, continuava, com profundo empenhamento, que estamos disponíveis para reabrir o processo e encontrar soluções de consenso, não apenas com os autarcas, mas com as forças políticas da oposição, não para que gastemos todos muito mais dinheiro, mas para que saiba mos todos gastar melhor o dinheiro que nos é disponibilizado.

Um fundo geral municipal com características objectivas e idênticas para todos; um fundo de coesão municipal visando sobretudo os Municípios com fraca capacidade de arrecadação tributária, e aqueles Municípios com problemas específicos de desenvolvimento; e um fundo de financiamento das Freguesias inteiramente separado, sem que possa vir a ser retirado do financiamento das Câmaras através de um ordenamento legal, são instrumentos preconizados pelo Primeiro-Ministro.

Aflorando, de seguida, a questão das expropriações, frisaria que o interesse público não deve ser penalizado, mas que urge, em paralelo, perspectivar o direito de propriedade, tão profundamente arraigado no nosso País, havendo que agir com a prudência e a serenidade necessárias. Mas porque o problema está identificado, prosseguia António Guterres, respondo afirmativamente ao desafio do Presidente da ANMP, propondo que na semana a seguir à Páscoa troquemos entre nós dois anteprojectos: nós prepararemos o das Finanças Locais, a Associação Nacional de Municípios o Código das Expropriações.

O Primeiro-Ministro enfatizaria, então, que a descentralização na se esgota na transferência de competências e recursos para os Municípios e Freguesias, antes deve implicar a criação das Regiões Administrativas, que permitirão sejam tomadas no local certo as decisões que afectam os cidadãos por aqueles que melhor as conhecem e podem agir melhor em defesa dos seus direitos e dos seus interesses.

Num outro passo, enquanto se mostrava convencido que com a Lei de Bases do Ordenamento do Território e sua regulamentação e com a Proposta de Lei em preparação para a edificação e o licenciamento se poderão dar passos muito significativos no sentido de libertar a carga burocrática a que estão excessivamente sujeitos os nossos autarcas, reiterou inteira disponibilidade para dialogar com a Associação Nacional

de Municípios Portugueses no sentido de ir encontrando as medidas mais adequadas, para além das grandes reformas de fundo que dizem respeito aos processos que mais fortemente implicam a acção municipal de hoje.

Já a concluir, e destacando as formas de parceria entre os Poderes Local e Central em áreas a que sou extremamente sensível, o Primeiro-Ministro enfatizaria que todos estamos aqui com a mesma missão □ defender sempre os interesses dos portugueses que nos elegeram e perante os quais devemos responder.



OS VOTOS DE JOAQUIM VAIRINHOS

Benvindos à terra de Loulé

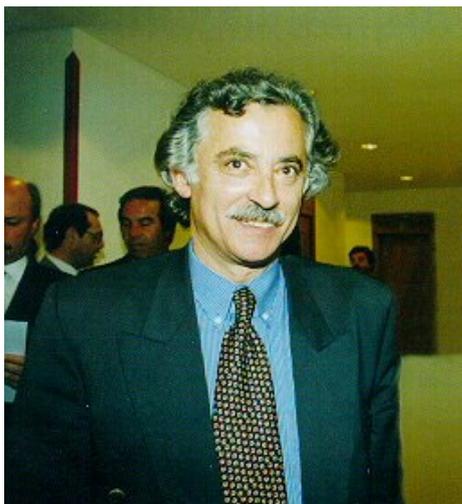
O Presidente da Câmara Municipal de Loulé, enquanto anfitrião do XI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, saudaria todos os participantes para, aproveitando a oportunidade, tecer algumas considerações sobre o Poder Local.

Assim, e designadamente, defendeu, como importante, a modernização administrativa das Câmaras Municipais, com revisão da legislação enquadradora, actualmente excessiva e complexa, inevitavelmente provocadora de burocratização.

Por outro lado, acentuaria, as Câmaras estão receptivas a novas competências, desde que acompanhadas naturalmente dos respectivos meios financeiros, enquanto urge, dizia, que as receitas locais, como a Sisa e Contribuição Autárquica, sejam prontamente transferidas para os cofres municipais, assim se colmatando graves transtornos que se verificam na gestão financeira das Câmaras.

Depois de se referir à institucionalização das Regiões Administrativas □ desafio para o qual o Algarve está desde há muito preparado □, Joaquim Vairinhos afirmou que o princípio da subsidiariedade contribuirá decisivamente para a melhoria das condições de vida das pessoas e eliminará muitas assimetrias ainda existentes e nos distanciam da média dos nossos parceiros comunitários.

Já a concluir, e após relevar um desafio ao Primeiro-Ministro para investir politicamente nos Poderes Locais e Regionais e na descentralização administrativa do Estado □ e nós Autarcas, dizia, já provámos ao longo dos últimos vinte e dois anos que somos indispensabilidade ao desenvolvimento e à modernização do nosso País □, o Presidente da Câmara Municipal de Terras de Loulé daria as boas vindas a todos, augurando ao XI Congresso da ANMP os maiores êxitos.



RAMOS HORTA ESTEVE PESENTE

Aclamada moção de apoio à luta do Povo de Timor

Ao longo dos trabalhos do XI Congresso da ANMP foram votadas diversas Moções, designadamente aquela, assumida por unanimidade e aclamação, onde se afirmava que a luta do Povo de Timor não é ainda uma batalha ganha, mas não é, também, nunca o será, uma guerra perdida.

Se os ventos da História □ e o passado/presente continua a não perdoar tiranias, a não pactuar com aqueles que desrespeitam a dignidade humana □ correm de feição, sempre, em todo lugar, para os que defendem a liberdade, Timor, o seu Povo heróico, longe de ser a excepção, é antes paradigma de vontade, de inabalável querer, que alguns, por interesses não confessados, continuam a não querer, ainda, enfrentar. Nesta conformidade, o Poder Local português, reunido em Congresso Nacional, ao sublinhar o inteiro empenhamento nos grandes propósitos que motivam Xanana Gusmão e os seus pares, reafirmava a inquestionável esperança, segura certeza de, no ano 2000, no XII Congresso, termos entre nós, também, as Autarquias Timorenses.



ILHA DO SAL

ANMP apoia mesa redonda dos parceiros do desenvolvimento

A Câmara Municipal do Sal, na República de Cabo Verde, em colaboração com um conjunto de entidades de entre as quais a Associação Nacional de Municípios Portugueses, vai promover, em 11 e 12 de Maio próximo, uma Mesa

Redonda dos Parceiros de Desenvolvimento da Ilha do Sal.

De acordo com o projecto, que a ANMP apoia no quadro das políticas de cooperação que tem vindo a adoptar em relação aos países de expressão lusófona, aquele Plano Municipal procura constituir-se em instrumento de previsão e de gestão do desenvolvimento, imprescindível nos tempos que correm em que transformações aceleradas da economia, da sociedade e de todas as envolventes do desenvolvimento estão cada vez mais no esteio do ímpeto e do impacto da força da informação.

Segundo a Câmara Municipal do Sal, que assim visa bem interpretar os anseios das populações e as tendências de desenvolvimento da ilha, a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento traduz essas profundas vontades e potencialidades em objectivos, programas e projectos capazes de transformar a paisagem desenvolvimentista e perspetivar um novo futuro para a ilha, conjugando o esforço local ao nacional.

Ainda de acordo com o Município do Sal, o PMD procura responder às grandes questões que preocupam os salenses, em torno e eixo fundamental como os recursos naturais e território, infraestruturas, desenvolvimento humano e social, turismo, promoção do desenvolvimento empresarial, cultura e questão institucional.



Definidas linhas gerais de actuação para enfrentar os desafios do futuro

Os desafios que se colocam ao Poder Local nesta passagem de século, nesta transição do milénio, para as Autarquias do século XXI, no caminho para □Mais Local, Melhor Poder□, estiveram no cerne dos problemas debatidos ao longo do XI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assumindo como meio uma modernidade que passa principalmente pela agilização da gestão, da organização e dos métodos; desburocratização e da racionalização administrativas, bem como a empresarialização de serviços; a Regionalização e a Reforma da estrutura administrativa do País, as novas responsabilidades para o Poder Local, os meios necessários e os instrumentos de gestão indispensáveis, são exemplos das áreas que mais prenderam a atenção dos Autarcas.

Analisando os principais problemas decorrentes da situação do Poder Local, o Congresso identificou, como questões fundamentais, a regionalização e a reforma da actual divisão administrativa do País; a revisão da Lei de Finanças Locais, com reposição da capacidade financeira dos Municípios, quer para o exercício das actuais atribuições e competências, quer em consonância com um novo quadro de responsabilidades; e a alteração de múltiplos instrumentos de gestão como a desburocratização a empresarialização, Código Autárquico, pessoal próprio para as Associações de Municípios, gestão de recursos humanos, maior participação na gestão dos Fundos Comunitários, e revisão do Código de Expropriações.

Paralelamente, e enquanto constatava que a generalidade dos cidadãos supõe que o Poder Local tem atribuições e competências muito superiores àquelas que de facto detem, o Congresso da ANMP afirmava que se caminha hoje da fase do alcatrão para a da qualidade de vida, novo estádio que provoca um aumento das despesas de funcionamento e conservação, que se reflecte no acréscimo das despesas correntes.

Ao defenderem-se os princípios da autonomia, da subsidiariedade e da parceria, concluir-se-ia que só com o reforço da autonomia administrativa e financeira, acompanhado de uma prática que coloque a solução dos problemas à responsabilidade do nível administrativo com melhores condições para os resolver, e no quadro de uma concertação com os agentes envolvidos, se poderá caminhar para a consolidação do Poder Local.

No que concerne à regionalização, recordava-se ser aquele um processo de reforma do Estado e da Administração Pública modernizador e fortalecedor da unidade e coesão nacional, e dos Municípios, capaz de objectivar a coesão económica e social e o desenvolvimento global e integrado do País, aproximando em simultâneo a administração dos administrados, e que traduzirá um reforço da capacidade financeira dos Municípios.

Complementarmente à fundação das Regiões Administrativas era apontada a necessidade de criação (e eventual extinção) de Municípios e Freguesias, propondo o Congresso da ANMP aos Órgãos de Soberania, a realização de um estudo técnico-administrativo, isento e imparcial, que aponte propostas neste âmbito.

De forma conjugada com a Regionalização relevava-se o processo de transferência de novas atribuições e competências para os Municípios □ que poderá não ter um carácter universal □, cuja Proposta de Lei-Quadro está paralisada há já quase um ano na Assembleia da República.

Ao recordar, como condições para transferências, que cada uma das novas atribuições, designadamente nos sectores da educação, rede viária, ordenamento do território, intervenção social e protecção civil, deve aproximar os serviços e os centros de decisão dos cidadãos utentes, com evidente benefício para estes, frisava-se ser imperioso que às Autarquias receptoras seja garantida eficiência e eficácia, uma unidade homogénea de gestão integrada, e uma antecipada caracterização. Paralelamente, urge regulamentar muitas das atribuições definidas pelo DL 77/84, que nunca foram assumidas pelos Municípios.

O financiamento das Autarquias Locais foi matéria que também concitou a atenção do Congresso que, constatando a não aprovação de uma nova Lei de Finanças Locais durante o ano de 1997, e a paralisação do respectivo processo legislativo na Assembleia da República há já quase um ano, defenderia o reforço da autonomia financeira das Autarquias, devendo os Municípios dispor de três fontes fundamentais de financiamento □ participação no imposto sobre rendimento, participação no FEF, e o produto da cobrança de impostos locais.

Assim, deverá ser garantida uma participação no IRS, assegurando a reposição da capacidade financeira; urge aumentar o carácter redistributivo do FEF, cuja variação deve passar a ser indexada à evolução simultânea do IRS e do IVA; e os Municípios devem poder proceder à cobrança facultativa dos impostos que são municipais.

Quanto ao poder tributário que a Constituição consagra aos Municípios, entende-se que a legislação deve prever que sejam os Municípios a fixar as taxas, e que, enquanto for o Governo a decidir, as isenções ou reduções devem ser compensados.

Por outro lado, deverão ser sistematicamente reavaliados todos os solos rurais classificados como urbanos ou urbanizáveis; assegurada a reciprocidade no pagamento de juros de mora; corrigido o IVA Turístico; diversificadas as fontes de financiamento; extintos os subsídios e comparticipações, devendo, em casos excepcionais, obras de carácter supramunicipal ser objecto de co-financiamento do Governo, assumido no Orçamento de Estado; e revisto o regime de crédito com a capacidade de endividamento a ser calculada em relação ao conjunto das receitas municipais e alargando os prazos dos contratos de reequilíbrio financeiro e dos créditos para saneamento financeiro.

Como outros instrumentos de gestão referenciam-se a modernização dos serviços, da organização, dos métodos e dos procedimentos (Código Autárquico, lançamento mensal de duas medidas de desburocratizadoras, fim da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, deferimento tácito, delegação de competências e nova contabilidade analítica) e a empresarialização de serviços municipais, designadamente através da criação de empresas de capitais mistos e revisão da legislação sobre Serviços Municipalizados.

Associações de Municípios, gestão de recursos humanos, com revisão integral da legislação; reforço do Quadro Comunitário de Apoio, ampliando o papel dos parceiros ANMP e Municípios; e novo Código de Expropriações, que corrija a subalternização do interesse público face ao privado, foram outras matérias abordadas.

O Congresso debruçou-se ainda sobre algumas questões sociais relevantes, nas quais a intervenção municipal vem sendo cada vez mais envolvida, como é a problemática da prevenção da droga; a segurança, nomeadamente ao nível da criação da Polícia Municipal; o licenciamento de novas farmácias; e o realojamento de centenas de milhares de cidadãos que vivem sem as condições de habitabilidade necessárias.

O aprofundamento das relações internacionais, quer no plano europeu, quer com outras regiões; a intensificação das acções de cooperação com o Poder Local dos Países de Expressão Oficial Portuguesa; e o enaltecimento da actual Presidência pela ANMP da Organização Ibero-Americana de Cooperação Intermunicipal, foram áreas aprofundadamente analisadas.

Por fim, o Congresso da ANMP discutiu a constituição de equipas competentes para os Executivos municipais, concluindo que pela multiplicidade de áreas, pela intensidade do labor desenvolvido e pelos milhões de contos que a sua gestão envolve, urge sejam melhoradas as condições de trabalho dos Eleitos Locais.

Em conformidade, defendeu-se o alargamento dos gabinetes de apoio pessoal ao Presidente da Câmara Municipal, e sua criação também para os Vereadores, e ainda, que, face ao absurdo da impossibilidade actual, o número de Vereadores a tempo inteiro passe a depender, sem limites, de decisão do Município.



PARA O REELEITO PRESIDENTE

Não dar tréguas, a nada nem ninguém em defesa dos valores do Poder Local

Robustecidos na vontade sistematizada, unidos e fortes, vitalizados no querer que permitirá vencer as difíceis missões que nos incumbem e esperam, disponíveis para outras e maiores competências que tivermos por bem contratualizar, partimos de Vilamoura mais ricos e sedimentados no nosso projecto, afirmou o Presidente da ANMP na Sessão de Encerramento do XI Congresso da estrutura representativa do Poder Local português.

Começando por relevar que a Magna Reunião dos Municípios, nas colaborações generalizadas e valorizadoras, no empenhamento e entrega jamais regateados, nos permitiu angariar os instrumentos indispensáveis ao gizar das políticas que irão orientar, com as equipas entretanto eleitas, a nossa actividade ao longo dos próximos tempos, Mário de Almeida enfatizava, ao fim de duas jornadas de labor profícuo, que viemos unidos, saímos mais coesos; chegamos animados, partimos remotivados.

Depois de agradecer a subida honra da presença do Presidente da República, e enquanto se regozijava com a inauguração desse empreendimento notável que é a maior ponte da Europa, patenteadora da nossa capacidade de realização, afirmaria os Municípios como a parte do todo que, ao concretizar as tantas pequenas pontes que levam à Vasco da Gama, dão sentido à megaobra.

As autarquias portuguesas □ os Municípios e as Freguesias □ são, assim, outra vez e afinal, os caminhos que conduzem, em cada uma e em todas as pequenas parcelas do território, aos projectos maiores, também aos grandes desígnios pátrios, afirmava Mário de Almeida, para quem somos hoje uma realidade inquestionada na organização administrativa do País, uma incontornável certeza na vida pública e na gestão dos interesses comuns dos portugueses.

Ao enfatizar que neste instituição sempre valorizámos mais o muito que nos une do que o pouco que nos separa, caracterizaria a ANMP como a Casa Comum do Poder Local que, por desejo manifestado e conquistado pelos Autarcas de todos os quadrantes ideológicos, nos indiscutíveis valores de agregação e re apresentação que se lhe reconhecem, tem vindo a ser, na respeitabilidade auspiciosamente alcançada e zelosamente mantida, a mais-valia que nos tem levado ao alcançar de tantos e tantos dos objectivos que, em prol do cidadão que representamos, temos almejado ao longo dos tempos.

Com a serenidade que afirma, na discrição que sedimenta, no aprofundamento que faz doutrina, haveremos de ser, sempre, por vontade de todos, a referência que nos torna fortes. Na unidade antípoda de unicidades, no consenso que sublima diferenças, a ANMP vai continuar a ser não uma, mas a voz do Poder Local, garantia Mário de Almeida.

Comigo, convosco, dizia, os desafios do presente e do futuro □ imensos, tão diversos, sobremaneira estimulantes □, haverão de encontrar uma atitude firme, uma vontade indómita em defesa dos valores que nos são próprios.

Afirmei já, reitero-o agora e aqui, que sob a minha liderança, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, na assumpção de posturas de isenção de que jamais abdicará, não vai dar tréguas, a nada nem a ninguém, em defesa dos valores maiores do Poder Local. Perante vós, que, ao elegerem-me uma outra vez, me responsabilizam ainda mais e mais como o par que primeiro tem de responder por todos, assevero, solenemente, dizia o então reeleito Presidente, o inteiro assumir da bandeira desde sempre erguida pela ANMP: tudo pelas autarquias, pelo municipalismo, pelos portugueses que em cada concelho servimos.

PARA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Entidades locais continuam a debater-se com insuficiência de meios financeiros

Depois de mais de 20 anos de governo autárquico por órgãos democraticamente legitimados, há hoje um consenso muito alargado na sociedade portuguesa quanto às virtualidades do aprofundamento dos princípios constitucionais da autonomia local e da descentralização administrativa, sublinhou o Presidente da República quando intervinha na Sessão Solene de Encerramento do XI Congresso da ANMP.

Relembrando a sua experiência autárquica de 6 anos, Jorge Sampaio referiu a forma como os portugueses souberam valorizar, em Dezembro de 1997, a importância das escolhas democráticas ao nível local para, depois, saudar de forma especial os autarcas que na ANMP assumiram cargos de representação e coordenação e que, dando continuidade a um património herdado de trabalho incansável e exigente pela dignificação dos autarcas e da actividade autárquica em Portugal, merecem a nossa homenagem.

Ao enfatizar ser este o tempo marcado por uma crescente exigência de proximidade dos cidadãos em relação àqueles a quem confiaram, pela eleição, a responsabilidade de resolver os problemas do seu bem-estar e qualidade de vida, lembraria ser este também o tempo de uma nova ambição de participação das populações nas decisões que mais directamente as afectam, no quadro democrático.

E é também, por isso, continuava, que se reclama aos poderes públicos que se organizem efectivamente, aos diversos níveis, de acordo com o princípio da subsidiariedade, entendido no sentido de que o exercício das responsabilidades públicas deve incumbir, de preferência, às autoridades mais próximas dos cidadãos.

Contudo, afirmava Jorge Sampaio, Portugal tem ainda hoje uma Administração Pública das mais centralizadas da Europa. A delimitação de actuações da Administração Central e Local em matéria de investimentos públicos é profundamente desequilibrada em prejuízo das entidades locais que continuam a debater-se com insuficiência de meios financeiros para assegurar a prossecução das atribuições e competências que lhes estão actualmente cometidas.

A sobreposição de competências entre os diferentes níveis da Administração Pública, a par de uma legislação anacrónica em muitos aspectos, são fonte da multiplicação de burocracias que tanto dificultam a vida aos cidadãos e aos agentes económicos, desmobilizam vontades e geram disfunções naquilo que deveria ser um sistema transparente de responsabilização democrática dos eleitos pelos seus actos de gestão, diria o Presidente da República, que evocava, para este diagnóstico, um conhecimento directo dos problemas que afectam a Administração Local em Portugal.

Apontando caminhos necessários ao reforço da coesão nacional e da solidariedade entre as Regiões do País, o Chefe de Estado sublinharia, no que directamente respeita aos Municípios, ser este um momento de mudança, justificando-se uma palavra de optimismo quanto às perspectivas de superação, num futuro próximo, de alguns dos constrangimentos estruturais que afectam o Poder Local.

Num momento em que se encontra em debate, na Assembleia da República, um conjunto de iniciativas legislativas da maior relevância para a Administração Local, importa destacar, afirmava, as questões da transferência de novas atribuições e competências para as autarquias, da reforma das finanças locais e da Lei de Bases do Ordenamento do Território, matérias que acompanho, disse, com o maior interesse já que verifico existir a vontade política necessária para que essas reformas se concretizem, a curto prazo, na base de consensos, desejavelmente alargados.

O sentido das mudanças preconizadas, que, nas suas linhas essenciais, acompanha muitas das preocupações justamente manifestadas ao longo dos últimos anos pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, permitirá ao País □ continuava Jorge Sampaio □, dispor de uma Administração Local, na entrada do novo milénio, para a prossecução dos interesses das populações que representam, uma Administração Local modernizada no âmbito dos seus poderes e da sua autonomia administrativa e financeira.

Depois de defender modelos de descentralização de poderes para as entidades locais □ sempre no quadro da coesão nacional e da correcção das assimetrias regionais □, o Presidente da República concluía que o sistema autárquico local tem ainda um caminho exigente a percorrer, caminho que em larga medida depende dos instrumentos legislativos e financeiros que forem criados e postos à disposição das autarquias.



PARA SANTANA LOPES

A união saiu fortalecida

Permitam-me que felicite todos os eleitos, desejando as maiores felicidades nos seus cargos, agradeça a confiança dos que me elegeram, e que, principalmente, em nome do Concelho que aqui represento, agradeça, aos que ora terminam funções, todo o seu empenho e a sua dedicação, sublinhou Pedro Santana Lopes na Sessão de Encerramento do XI Congresso da ANMP.

Depois de reiterar uma saudação maior ao Presidente da República □ alguém que muito contribuiu para a valorização política do Poder Autárquico □, o novo Presidente da Mesa do Congresso lembraria a sua passagem pelo Governo, época que permitiu fazer muito trabalho com os Autarcas, designadamente na criação de orquestras, na recuperação de cine-teatros, na construção de bibliotecas municipais, na transferência de atribuições e competências.

Afirmando não se ter tornado agora arauto do Poder Local □ que cada vez faz mais sentido e é cada vez mais importante □, Pedro Santana Lopes sublinhou que o espaço para o Poder Local vai crescendo porque é essa a exigência das populações, porque ele tende, naturalmente, a ocupar esse espaço vazio de decisão política na persecução da resolução dos problemas dos cidadãos. Tudo isto mau grado, dizia, a demora na adequação da letra da lei a essa evolução dos tempos e das realidades.

Ao aflorar as conclusões do Congresso, precisou terem sido aprovadas moções que respeitaram as diferenças, para enfatizar que a união saiu fortalecida. Estabeleceram-se compromissos, concedendo-se, mais um vez, que a palavra dada é para ser levada a sério.

Os Autarcas esperam há muito por passos bem importantes, de que a Comunicação Social se fez eco no período de antes do Congresso, continuou, pelo que todos aguardávamos o anúncio de medidas. E, em concreto, ouvimos, neste Congresso, as promessas dos prazos que ficaram estabelecidos, as promessas do retomar de iniciativas políticas e legislativas que são fundamentais para a resolução dos nossos problemas.

Não exigimos por exigir, antes gostaríamos que o País deixasse de olhar para os Autarcas, como aqueles que estão sempre a reivindicar. Porque, se o fazem, é por uma razão, é porque as populações demandam, permanentemente, mais celeridade e mais eficácia na resolução dos seus problemas.

Por isso, continuava, temos que aguardar com um misto de fé mas também de alguma incredulidade que tenha sido consignada à Associação a tarefa de elaborar o ante-projecto do novo Código das Expropriações, ficando para o Governo a tarefa de entregar ao Conselho Directivo o projecto do novo diploma sobre as Finanças Locais.

Se até qualquer cidadão tenderia a dizer que seria mais natural o contrário, o que importa, contudo, é que todos os Autarcas □ em tempos falou-se de homens sem sono □ se empenhem em colaborar nessas propostas, que têm prazos muito curtos. E urge que o Presidente da República, que é nosso aliado natural, ajude todos os Autarcas deste País a sentirem que este processo não vai ficar esquecido nem secundarizado num calendário tão preenchido como é o dos próximos tempos.

Ao referenciar designadamente a exposição universal que, com certeza, consumirá mais milhões de contos do que aqueles que estavam previstos, Santana Lopes, procurando traduzir a sensibilidade de todos os Autarcas, independentemente das suas orientações, diria que, naquilo que sejam as novas transferências de verbas ao abrigo da nova Lei das Finanças Locais para as Autarquias, custa a compreender que possam ser umas dezenas de milhões de contos que possam provocar uma crise política e que outros milhões de contos a menos não tenham essa consequência.

Já a encerrar, e frisando que é relevante todos sejamos especialmente intervenientes nos próximos tempos, o Presidente da Mesa do Congresso da ANMP sublinharia que, sem excepção, temos obrigação de ajudar o Presidente do Conselho Directivo a cumprir o que uma vez mais aqui garantiu: que não dará descanso a quem tem obrigação de provar que entende que o Poder Local é cada vez mais importante na vida dos povos.



NOVOS TITULARES DOS ÓRGÃOS DA ANMP

Mário de Almeida reeleito Presidente

CONSELHO DIRECTIVO DA ANMP

1. Mário de Almeida	PCM Vila do Conde	1. Rui Marqueiro	PCM Mealhada
2. Isaltino Morais	PCM Oeiras	2. Ministro dos Santos	PCM Mafra
3. Manuel Machado	PCM Coimbra	3. Jorge Cosme	PCM Miranda do Corvo
4. Fernando Ruas	PCM Viseu	4. Hernâni Almeida	PCM Armamar
5. António José Ganhão	PCM Benavente	5. Jerónimo Lóios	PCM Arraiolos
6. Rui Marques	PCM Albergaria-a-Velha	6. António Sousa Lucas	PCM Batalha
7. Jaime Soares	PCM Vila Nova de Poiares	7. João Gouveia	PCM Soure
8. Carlos Tuta	PCM Monchique	8. José Carlos Taveira	PCM Vinhais
9. Arménio Pereira	PCM Paços de Ferreira	9. Emília Silva	PCM Baião
10. Maria do Carmo Borges	PCM Guarda	10. Luís Ameixa	PCM Ferreira do Alentejo
11. Fernando Campos	PCM Boticas	11. Marco Silva	PCM Mesão Frio
12. Rui Solheiro	PCM Melgaço	12. Fátima Felgueiras	PCM Felgueiras

13. Joaquim Piscarreta Rego	PCM Lagoa (Algarve)	13. Isabel Soares	PCM Silves
14. João Saraiva	1.º SAM Mora	14. José Godinho	PCM Aljustrel
15. Silvino Sequeira	PCM Rio Maior	15. Jacinto Leandro	PCM Torres Vedras
16. Alberto Figueiredo	PCM Esposende	16. Fernando Ribeiro	PCM Ansião
17. Victor Martelo	PCM Reguengos de Monsaraz	17. Jorge Jesus	PCM Gavião

MESA DO CONGRESSO DA ANMP

1. Pedro Santana Lopes	PCM Figueira da Foz	1. Fernando Moleirinho	PCM Sardoal
2. Fernando Gomes	PCM Porto	2. Joaquim Vairinhos	PCM Loulé
3. José Raul dos Santos	PCM Ourique	3. António Silveira	PCM Velas
4. Mesquita Machado	PCM Braga	4. Travessa de Matos	PCM Vieira do Minho
5. Isabel Damasceno	PCM Leiria	5. Fernando Pinto Moura	PCM Mondim de Basto
6. Joaquim Couto	PCM Santo Tirso	6. José Lopes Correia	PCM Nelas
7. Maria Emília Sousa	PCM Almada	7. Victor Borrego	AM Palmela
8. António Tenreiro Cruz	PCM Tondela	8. Edgar Gata	PCM Freixo de Espada à Cinta
9. Horácio Antunes	PCM Lousã	9. José Manuel Antunes	PCM Montemor-o-Velho
10. Orlando Vaz	PCM Sabrosa	10. António Cruz	PCM Alter do Chão
11. José Miguel Noras	PCM Santarém	11. Sousa Gomes	PCM Almeirim
12. Paulo Teixeira	PCM Castelo de Paiva	12. Gonçalves Sapinho	PCM Alcobaça
13. Manuel Luís Vaz PCM	Macedo de Cavaleiros	13. Joaquim Cerca	PCM Alijó

CONSELHO GERAL DA ANMP

1. João Soares	PCM Lisboa 1. José Luís Judas	PCM Cascais	
2. Vieira de Carvalho	PCM Maia	2. João Dantas	PAM Funchal
3. Narciso Miranda	PCM Matosinhos	3. Jorge Magalhães	PCM Lousada
4. Manuel Arruda	PCM Ponta Delgada	4. Hermano Almeida	PCM Pampilhosa da Serra
5. Edite Estrela	PCM Sintra	5. Valentim Matias	PCM Cadaval
6. Valentim Loureiro	PCM Gondomar	6. João Duarte Mendes	PCM São Vicente (Madeira)
7. Demétrio Alves	PCM Loures	7. António Bogalho	PCM Sobral de Monte Agraço
8. Mata Cáceres	PCM Setúbal	8. Victor Almeida	PCM Peso da Régua
9. Miguel Albuquerque	PCM Funchal	9. Rui Dias e Melo	PCM Vila Franca do Campo
10. José Mota	PCM Espinho	10. Bernardo Martins	PCM Machico
11. Luís Filipe Meneses	PCM Gaia	11. Estácio Flório	PAM Penacova
12. Nelson Carvalho	PCM Abrantes	12. Miguel Pombeiro	PCM Vila Nova da Barquinha
13. Alfredo Henriques	PCM Feira	13. Joaquim Seixas	PAM Sernancelhe
14. Eufrazio Filipe	PAM Seixal	14. José Luís Pereira	PAM Moita
15. Santinho Pacheco	PCM Gouveia	15. Júlio Santos	PCM Celorico da Beira
16. Manuel Martins	PCM Vila Real	16. João Mateus	PAM Valpaços
17. Agostinho Fernandes	PCM Vila Nova de Famalicão	17. João Tinoco Faria	PCM Póvoa de Lanhoso
18. António Jorge Nunes	PCM Bragança	18. Maria Tenazinha	PAM Ourique
19. Luís Coelho	PCM Faro	19. José Pires	PCM São Brás de Alportel
20. João Azevedo Maia	PCM Oliveira de Frades	20. António Araújo	PAM Viseu
21. António Mendes	PCM Constância	21. João Almeida	PCM Moita
22. José Cabeças	PCM Góis	22. Ivo Portela	PCM Tábua
23. Fernando Antunes	PCM Penela	23. Carlos Páscoa	PAM Soure
24. Alexandre Chaves	PCM Chaves	24. Carlos Ambrósio	PCM Vila Pouca de Aguiar
25. José Valentim Rosado	PCM Lagos	25. Luís Castro	PJF Carnaxide (Oeiras)

26. Defensor Moura	PCM Viana do Castelo	26. José Emílio Moreira	PCM de Monção
27. Fernando Reis	PCM Barcelos	27. José Carreto	PCM Sertã
28. João Teresa Ribeiro	PCM Vendas Novas	28. Estevão Pereira	PCM Viana do Alentejo
29. Álvaro Pedro	PCM Alenquer	29. Joaquim Felgueiras Lopes	PJF Paredes de Coura
30. Luís R. Pereira	PCM Ferreira do Zêzere	30. Jorge Videira	PJF Ermesinde (Valongo)
31. Amílcar Santos	PCM Portalegre	31. Francisco Andrade	PFJ Ponte de Sôr
32. Narciso Mota	PCM Pombal	32. António Lopes	PJF Areias (Ferreira do Zêzere)
33. Afonso Abrantes	PCM Mortágua	33. Orlando Mendes	PCM Santa Comba Dão
34. José Ferreira	PCM Porto de Mós	34. José Correia Caneca	PJF Melres (Gondomar)
35. João Rocha	PCM Serpa	35. José Duarte Sesinando	PAM Serpa
36. Manuel Almeida Cambra	PCM São João da Madeira	36. Victor Rosa	PAM Oliveira do Bairro
37. José Manuel Miranda	PCM Vimioso	37. Albano Mesquita	PAM Vila Flor
38. António Silva Paiva	PCM Tomar	38. António Silva Barros	PJF Vandoma (Paredes)
39. João Benavente	PCM Azambuja	39. Vladimiro Silva PCM Estarreja	
40. António Lima Costa	PCM São João da Pesqueira	40. José Catarino	PJF Alqueidão Serra (Porto Mós)
41. Luís Martins Mota	PCM Lagoa (Açores)	41. Carlos Ávila	PCM Povoação
42. Pedro Lancha	PCM Fronteira	42. Fernando Simões	PJF Ferreira-a-Nova (Fig. da Foz)
43. Manuel Brandão	PCM Coruche	43. Ana Cristina Ribeiro	PCM Salvaterra de Magos
44. José Pereira Júnior	PCM Óbidos	44. Jorge Rosendo Gonçalves	PCM Peniche
45. Francisco Araújo	PCM Arcos de Valdevez	45. José Alberto Faria	PAM Mondim de Basto
46. Gil Romão	PCM Arronches	46. Guido Ferreira	PAM Gavião
47. António Gouveia	PCM Vila Nova de Foz Côa	47. Diamantino Pina	PJF Cernache Bonjardim (Sertã)
48. Manuel Ribeiro	PCM Almodôvar	48. António Camilo Coelho	PCM Odemira
49. Luís Cabral	PCM Sátão	49. Victor Silva	PAM Vila Nova de Poiares
50. José Manuel Basso	PCM Nisa	50. Rui Maia da Silva	PCM Monforte
51. José Maria Fortunato	PCM Fundão	51. Joaquim Reboredo	PAM Moncorvo
52. José Ribau Esteves	PCM Ílhavo	52. António Brito Carvalho	PAM Távira
53. Manuel Bandeira Pinho	PCM São Pedro do Sul	53. Paulo Figueiredo	PCM Vouzela
54. João Mourato Pinto	PCM Meda	54. Manuel Duarte Santos	PAM Penela
55. Fernando Manata	PCM Figueiró dos Vinhos	55. José Santinha Lopes	PCM Mourão
56. José Ismael Fernandes	PCM Ribeira Brava	56. Virgílio Marques	PAM Murtosa
57. Ramiro Beja	PCM Santiago do Cacém	57. Sérgio Bento	PAM Santiago do Cacém
58. Nuno Mergulhão	PCM Portimão	58. Luís Azevedo	PCM Alcanena
59. António Soares Marques	PCM Mangualde	59. Mário Souzinha	PAM Nazaré
60. José Conde Rodrigues	PCM Cartaxo	60. Joaquim Rosa do Céu	PCM Alpiarça
61. Luís Lemos Reis	PCM Santa Cruz da Graciosa	61. Camilo Freixo	PJF Ovil (Baião)

CONSELHO FISCAL DA ANMP

1. Miguel Boeiro	PCM Alcochete	1. Sérgio Carrinho	PCM Chamusca
2. Renato Leal	PCM Horta	2. Maria Amélia Antunes	PCM Montijo
3. Júlio Sarmiento	PCM Trancoso	3. José Santos Marques	PCM Oleiros
4. Armando França Alves	PCM Ovar	4. António Gama de Oliveira	PAM Valença

5. Maurício Marques	PCM Penacova	5. Cláudio Lopes	PCM Lajes do Pico
6. Joaquim Barreto	PCM Cabeceiras de Basto	6. António Rodrigues	PCM Torres Novas
7. Carlos Cruz Lourenço	PCM Arruda dos Vinhos	7. Granja da Fonseca	PCM Paredes
8. Emílio Sabido	PCM Sousel	8. Jorge Bento	PCM Condeixa-a-Nova
9. José Gomes	PCM Murça	9. Albertino Silva	PCM Celorico de Basto
10. Francisco Ribeiro	PCM Santa Marta de Penaguião	10. José Luís Gonçalves	PCM Penamacor
11. Luís Ribeiro	PAM Caldas da Rainha	11. Gilberto Viegas	PCM Vila do Bispo
12. José António Santos	PCM Lamego	12. Armindo Abreu	PCM Amarante
13. José Fernando Gomes	PCM Praia da Vitória	13. Eugénio Castro	PCM Carrazeda de Ansiães

[[anterior](#) | [página inicial](#)]

Comentários e sugestões anmp@anmp.pt

(c) A.N.M.P.- Associação Nacional de Municípios Portugueses